

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	18

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	54
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	56

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.158.155.555
Preferenciais	0
Total	4.158.155.555
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	5.920.043	5.934.758
1.01	Ativo Circulante	406.109	285.263
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	52.058	41.419
1.01.02	Aplicações Financeiras	276.082	175.519
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	276.082	175.519
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras	126.785	96.270
1.01.02.01.04	Aplicações financeiras vinculadas	149.297	79.249
1.01.03	Contas a Receber	59.168	51.713
1.01.03.01	Clientes	56.398	48.895
1.01.03.01.01	Contas a receber	56.398	48.895
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.770	2.818
1.01.03.02.01	Contas a receber partes relacionadas	2.770	2.818
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.997	9.934
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.997	9.934
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	11.997	9.934
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.941	4.847
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	3.941	4.847
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.863	1.831
1.01.08.03	Outros	2.863	1.831
1.01.08.03.02	Outros créditos	2.863	1.831
1.02	Ativo Não Circulante	5.513.934	5.649.495
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	319.326	319.176
1.02.01.04	Contas a Receber	643	615
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	643	615
1.02.01.07	Tributos Diferidos	294.808	294.808
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	294.808	294.808
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	2.354	2.236
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	21.521	21.517
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	983	979
1.02.01.10.05	Adiantamentos a Fornecedor	20.538	20.538
1.02.03	Imobilizado	23.031	27.291
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.354	10.965
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	12.677	16.326
1.02.04	Intangível	5.171.577	5.303.028
1.02.04.01	Intangíveis	5.171.577	5.303.028
1.02.04.01.02	Intangível	5.111.948	5.241.601
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	59.629	61.427

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	5.920.043	5.934.758
2.01	Passivo Circulante	433.290	440.817
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.476	11.533
2.01.01.01	Obrigações Sociais	13.476	11.533
2.01.02	Fornecedores	29.555	29.778
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	29.555	29.778
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.839	15.812
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.839	15.812
2.01.03.01.02	Obrigações fiscais	8.839	15.812
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	217.043	176.067
2.01.04.02	Debêntures	217.043	176.067
2.01.05	Outras Obrigações	78.800	85.109
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.771	12.921
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	10.771	12.921
2.01.05.02	Outros	68.029	72.188
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	31.711	31.711
2.01.05.02.04	Cauções contratuais	23.571	22.107
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	6.114	7.150
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	1.490	1.426
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	5.143	9.794
2.01.06	Provisões	85.577	122.518
2.01.06.02	Outras Provisões	85.577	122.518
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	76.229	81.959
2.01.06.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	9.348	40.559
2.02	Passivo Não Circulante	3.581.382	3.480.726
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.177.580	2.142.647
2.02.01.02	Debêntures	2.177.580	2.142.647
2.02.02	Outras Obrigações	1.288.891	1.244.157
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.177.585	1.138.930
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	1.177.585	1.138.930
2.02.02.02	Outros	111.306	105.227
2.02.02.02.06	Obrigações fiscais	101.697	94.876
2.02.02.02.08	Arrendamento mercantil a pagar	9.609	10.351
2.02.04	Provisões	114.911	93.922
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.749	17.697
2.02.04.01.05	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	3.749	17.697
2.02.04.02	Outras Provisões	111.162	76.225
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	77.278	73.528
2.02.04.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	33.884	2.697
2.03	Patrimônio Líquido	1.905.371	2.013.215
2.03.01	Capital Social Realizado	3.785.168	3.785.168
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.879.797	-1.771.953

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	280.519	248.556
3.01.01	Receita de venda de bens e/ou serviços	230.702	204.090
3.01.02	Receita de serviços de construção	49.817	44.466
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-286.473	-274.100
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-236.656	-229.634
3.02.02	Custo dos serviços de construção	-49.817	-44.466
3.03	Resultado Bruto	-5.954	-25.544
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	12.141	-12.062
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	2.810	-12.427
3.04.02.01	Gerais e administrativas	2.663	-12.360
3.04.02.04	Provisão para perdas esperadas	147	-67
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	365
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	9.331	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	6.187	-37.606
3.06	Resultado Financeiro	-114.031	-127.808
3.06.01	Receitas Financeiras	9.409	3.859
3.06.01.01	Receitas financeiras	9.408	3.859
3.06.01.02	Variação cambial líquida	1	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-123.440	-131.667
3.06.02.01	Despesas financeiras	-123.440	-131.666
3.06.02.02	Variação cambial líquida	0	-1
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-107.844	-165.414
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-107.844	-165.414
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-107.844	-165.414
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,0259	-0,0398

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	-107.844	-165.414
4.03	Resultado Abrangente do Período	-107.844	-165.414

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	162.821	136.667
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	193.059	162.217
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro líquido do período	-107.844	-165.414
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	188.127	179.594
6.01.01.03	(Reversão) Provisão para perdas esperadas	-147	67
6.01.01.09	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-9.226	-1.459
6.01.01.10	Juros e variações monetárias sobre debêntures privadas	42.299	35.175
6.01.01.12	Juros e variações monetárias de debêntures	73.891	89.052
6.01.01.14	Despesa (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	3.954	3.875
6.01.01.15	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	-12.737	2.618
6.01.01.16	(Reversão)Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	9	25
6.01.01.17	Constituição de provisão para manutenção	14.733	18.684
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-30.238	-25.550
6.01.02.01	Contas a receber	-7.891	-9.188
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	48	2.276
6.01.02.04	Despesas antecipadas	788	1.190
6.01.02.05	Impostos a recuperar	131	-793
6.01.02.06	Outros créditos	-1.032	-23
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-4	95
6.01.02.08	Outras contas a receber	507	3.644
6.01.02.09	Fornecedores	1.849	16.727
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	-1.266	-3.066
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	501	119
6.01.02.12	Obrigações sociais	1.943	1.709
6.01.02.13	Obrigações fiscais	-6.184	2.402
6.01.02.15	Taxa de fiscalização	64	62
6.01.02.16	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	-1.220	-2.167
6.01.02.17	Utilização de provisão de manutenção	-19.454	-16.071
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	2.018	1.937
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-1.036	-24.403
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-144.221	-103.950
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	0	-69
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-50.690	-70.259
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-68.646	-30.010
6.02.10	Aplicação financeira	-24.885	-3.612
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.961	85.775
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-7.961	-4.225
6.03.20	Aumento/devolução de capital social	0	90.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	10.639	118.492
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	41.419	25.700
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	52.058	144.192

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.785.168	0	0	-1.771.953	0	2.013.215
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.785.168	0	0	-1.771.953	0	2.013.215
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-107.844	0	-107.844
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-107.844	0	-107.844
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.785.168	0	0	-1.879.797	0	1.905.371

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.695.168	0	0	-1.212.733	0	2.482.435
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.695.168	0	0	-1.212.733	0	2.482.435
5.04	Transações de Capital com os Sócios	90.000	0	0	0	0	90.000
5.04.01	Aumentos de Capital	90.000	0	0	0	0	90.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-165.414	0	-165.414
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-165.414	0	-165.414
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.785.168	0	0	-1.378.147	0	2.407.021

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	314.861	270.954
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	248.626	222.112
7.01.02	Outras Receitas	66.235	48.842
7.01.02.01	Receita dos serviços de construção	49.817	44.466
7.01.02.02	Outras receitas	13.241	1.775
7.01.02.03	Juros capitalizados	3.177	2.601
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-78.772	-91.431
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-12.361	-11.788
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.546	-6.417
7.02.04	Outros	-59.865	-73.226
7.02.04.01	Custo dos serviços de construção	-49.817	-44.466
7.02.04.02	Custo da concessão	-5.945	-6.081
7.02.04.03	Custos de provisão de manutenção em rodovias	-14.733	-18.684
7.02.04.04	Outros	10.630	-3.995
7.03	Valor Adicionado Bruto	236.089	179.523
7.04	Retenções	-188.127	-179.594
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-188.127	-179.594
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	47.962	-71
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.409	3.858
7.06.02	Receitas Financeiras	9.408	3.859
7.06.03	Outros	1	-1
7.06.03.04	Outros	1	-1
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	57.371	3.787
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	57.371	3.787
7.08.01	Pessoal	16.700	15.480
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.902	12.061
7.08.01.02	Benefícios	3.093	2.739
7.08.01.03	F.G.T.S.	705	680
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	21.855	19.448
7.08.02.01	Federais	9.350	8.285
7.08.02.02	Estaduais	48	16
7.08.02.03	Municipais	12.457	11.147
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	81.184	96.497
7.08.03.01	Juros	73.891	89.052
7.08.03.02	Aluguéis	182	137
7.08.03.03	Outras	7.111	7.308
7.08.03.03.04	Outras	7.111	7.308
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-107.844	-165.414
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-107.844	-165.414
7.08.05	Outros	45.476	37.776
7.08.05.01	Juros debêntures privadas	42.299	35.175
7.08.05.02	Juros capitalizados sobre debêntures privadas	3.177	2.601

Comentário do Desempenho

Release de Resultados 1T26

Comentário do Desempenho



São José dos Pinhais, 14 de maio de 2026 – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Litoral Sul S.A. ("Companhia" ou "Litoral Sul") apresenta aos seus investidores e ao mercado o Release de Resultados referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026 ("1T26").

As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados não constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

A Diretoria da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, (i) o conteúdo e as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. ("Deloitte"); e (ii) as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026.

INTRODUÇÃO

A Autopista Litoral Sul S.A. ("Companhia" ou "Litoral Sul"), concessionária controlada pela Arteris S.A., responsável pela administração de 406,6 km de rodovias federais que integram o Corredor do Mercosul — eixo logístico fundamental para o tráfego de cargas e passageiros entre o Sul e o Sudeste do país. A malha conecta Curitiba (PR) a Palhoça (SC), abrangendo trechos da BR-116, BR-376, BR-101 e o Contorno de Florianópolis, com 5 praças de pedágio em operação.

A concessão, firmada com a União por meio da ANTT, teve início em 2008 e possui vigência até 2033. A operação cobre 24 municípios com forte dinamismo econômico, impulsionado por setores como indústria, comércio, logística e turismo. O perfil logístico da concessão é evidenciado pelo *mix* de tráfego, composto por 66% de veículos pesados e 34% de veículos de leves. A relevância estratégica da concessão, aliada à robustez do tráfego e à previsibilidade contratual, sustenta a geração de caixa e a atratividade do ativo no portfólio da Arteris.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 1T26

Tráfego Pedagiado

A Companhia apresentou crescimento de **2,2%** no tráfego no 1T26, com **43,6 milhões de veículos equivalentes**. O *mix* de veículos equivalentes foi de **63,7%** do tráfego representado por veículos pesados e **36,3%** por veículos de leves.

Receita de Pedágio

A Receita de Pedágio da Companhia totalizou **R\$ 248,6 milhões** no 1T26, crescimento de **11,9%** em relação ao mesmo período do ano anterior.

EBITDA e Margem Ajustada

O EBITDA Ajustado totalizou **R\$ 209,0 milhões**, acréscimo de **30,1%**, com uma margem ajustada de **90,6%**.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	1T26	1T25	Δ%
Total	43.612	42.691	2,2%
Leves	15.850	15.674	1,1%
Pesados	27.762	27.018	2,8%

A Litoral Sul registrou 43,6 milhões de veículos equivalentes no 1T26, crescimento de 2,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento foi percebido em ambos os segmentos, de veículos leves, que avançaram 1,1% e veículos pesados, que cresceram 2,8%. O crescimento dos veículos pesados é impactado pelo forte dinamismo das exportações do Sul. A região Sul lidera a produção e exportação de carnes no Brasil, com destaque para Santa Catarina nas exportações de carne suína e para o Paraná nas de carne de frango. O tráfego de veículos leves cresceu devido ao retorno das festas de fim de ano e pelo impacto positivo do feriado de carnaval.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veíc. Equiv.)	1T26	1T25	Δ%
Tarifa Média	5,70	5,20	9,6%

No 1T26, a tarifa média foi de R\$ 5,70, com aumento de 9,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação reflete o reajuste tarifário aplicado com base no IPCA acumulado no período, conforme previsto contratualmente.

O reajuste anual da Companhia tem como data-base o mês de fevereiro, considerando a variação do IPCA, conforme estipulado nos contratos de concessão.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Receita Bruta	302.353	267.989	12,8%
Receitas de pedágio	248.626	222.112	11,9%
Receitas de construção	49.817	44.466	12,0%
Outras receitas	3.910	1.411	177,1%
Deduções	(21.834)	(19.433)	12,4%
Receita Operacional Líquida	280.519	248.556	12,9%
Receita Operacional Líquida Ajustada¹	230.702	204.090	13,0%

1: Excluindo a Receita de Construção

Comentário do Desempenho



Receita de Pedágio

A receita de pedágio totalizou R\$ 248,6 milhões no 1T26, crescimento de 11,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho reflete, principalmente, o reajuste tarifário contratual no período e o aumento de tráfego. A evolução da receita reforça a resiliência do ativo, com geração de caixa estável e previsível, ancorada em fundamentos contratuais e operacionais sólidos.

Receitas de Construção

As receitas de construção totalizaram R\$ 49,8 milhões no 1T26, um aumento de 12% em relação ao ano mesmo período do ano anterior. Essa linha não possui efeito caixa, sendo integralmente compensada pelo custo dos serviços de construção.

Outras Receitas

As outras receitas totalizaram R\$ 3,9 milhões no 1T26, aumento absoluto de R\$ 2,5 milhões em relação ao ano mesmo período do ano anterior, a variação decorre, principalmente, do incremento de receita não recorrente (one-off) de acordo extrajudicial com empresas de infraestrutura.

CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(21.655)	(43.418)	(50,1%)
Pessoal	(16.701)	(15.479)	7,9%
Conservação	(4.394)	(3.974)	10,6%
Serviços de terceiros	(8.974)	(8.562)	4,8%
Seguros e garantias	(1.607)	(1.508)	6,6%
Verba de fiscalização	(4.344)	(4.156)	4,5%
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscal	12.737	(2.618)	(586,5%)
Outros	1.628	(7.121)	(122,9%)
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(252.677)	(242.744)	4,1%
Custos de construção	(49.817)	(44.466)	12,0%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(14.733)	(18.684)	(21,1%)
Depreciação e amortização	(188.127)	(179.594)	4,8%
Custos e Despesas Operacionais	(274.332)	(286.162)	(4,1%)

No 1T26, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 274,3 milhões, redução de 4,1% em relação ao 1T25, refletindo, principalmente, a menor provisão para manutenção em rodovias.

Desconsiderando os efeitos não caixa, os custos e despesas operacionais caixa somaram R\$ 21,7 milhões no 1T26, redução de 50,1% na comparação anual.

A variação no caixa é explicada, principalmente, pela variação em valor de R\$ 15,4 milhões em riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, decorrente de reversões no período, e pela redução em outros custos e despesas, que refletiram eventos não recorrentes no período comparativo. Esses efeitos foram parcialmente compensados por maiores gastos com pessoal e conservação.

A Companhia mantém disciplina na gestão de custos, alinhada à eficiência operacional e às diretrizes dos contratos de concessão.

Comentário do Desempenho



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(107.844)	(165.415)	(34,8%)
(+) IR e CSLL	-	-	-
(+) Resultado financeiro	114.031	127.809	(10,8%)
(+) Depreciação e amortização	188.127	179.594	4,8%
EBITDA¹	194.314	141.988	36,9%
Margem EBITDA ²	84,2%	69,6%	14,7 p.p.
(+) Prov. para manutenção de rodovias	14.733	18.684	(21,1%)
EBITDA Ajustado³	209.047	160.672	30,1%
Margem EBITDA Ajustada	90,6%	78,7%	11,9 p.p.

1: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

O EBITDA totalizou R\$ 194,3 milhões no 1T26, aumento de 36,9% em relação ao 1T25, com expansão de 14,7 p.p na margem, que atingiu 84,2%. O desempenho reflete, principalmente, a evolução das receitas operacionais e a diluição de custos e despesas no período, além de efeitos contábeis associados à dinâmica das provisões.

O EBITDA Ajustado somou R\$ 209,0 milhões no 1T26, aumento de 30,1% na comparação anual, com margem de 90,6%, expansão de 11,9 pontos percentuais. O desempenho reflete a evolução operacional da Companhia, com destaque para a dinâmica favorável de custos e despesas caixa ao longo do período.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Depreciação e Amortização	(188.127)	(179.594)	4,8%

A depreciação e amortização da Litoral Sul totalizou R\$ 188,1 milhões no 1T26, aumento de 4,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento decorre, principalmente, do maior volume de investimentos realizados, o que ampliou a base de ativos amortizáveis do período.

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Resultado Financeiro	(114.031)	(127.809)	(10,8%)
Receitas financeiras	9.408	3.859	143,8%
Despesas financeiras	(123.440)	(131.667)	(6,2%)
Variação cambial, líq.	1	(1)	(200,0%)

O resultado financeiro foi de uma despesa de R\$ 114,0 milhões no 1T26, redução de 10,8% em relação ao 1T25. O desempenho reflete, principalmente, a redução das despesas financeiras, em linha com a menor base de endividamento decorrente da amortização da dívida no período. Adicionalmente, as receitas financeiras apresentaram incremento de R\$ 5,5 milhões, impulsionadas por maiores saldos de caixa e melhor rentabilidade das aplicações. Os efeitos de variação cambial não foram relevantes no período.

Comentário do Desempenho



IR e CSLL

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
IR e CSLL	-	-	-
Corrente	-	-	-
Diferido	-	-	-

No 1T26, a companhia não contabilizou saldo de IR e CSLL.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Resultado Líquido	(107.844)	(165.415)	(34,8%)

A Companhia registrou prejuízo de R\$ 107,8 milhões no 1T26, redução de 34,8% em relação ao 1T25. A melhora no resultado decorre, principalmente, do desempenho operacional e da evolução do resultado financeiro no período, parcialmente compensados pelo aumento das despesas de depreciação e amortização, sem efeito caixa.

ENDIVIDAMENTO

R\$ mil	1T26	4T25	Δ%
Dívida Bruta	2.394.623	2.318.714	3,3%
Curto Prazo	217.043	176.067	23,3%
Longo Prazo	2.177.580	2.142.647	1,6%
Disponibilidades	328.140	216.938	51,3%
Caixa e equivalentes de caixa	178.843	137.689	29,9%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	149.297	79.249	88,4%
Dívida Líquida	2.066.483	2.101.776	(1,7%)

¹: Curto e Longo Prazo

No 1T26, a dívida bruta da Litoral Sul totalizou R\$ 2.395,0 milhões, um aumento de 3,3% frente ao trimestre anterior. A dívida de curto prazo foi de R\$ 217,0 milhões, aumento de 23,3% no período, enquanto o saldo de longo prazo aumentou 1,6%, para R\$ 2.177,6 milhões.

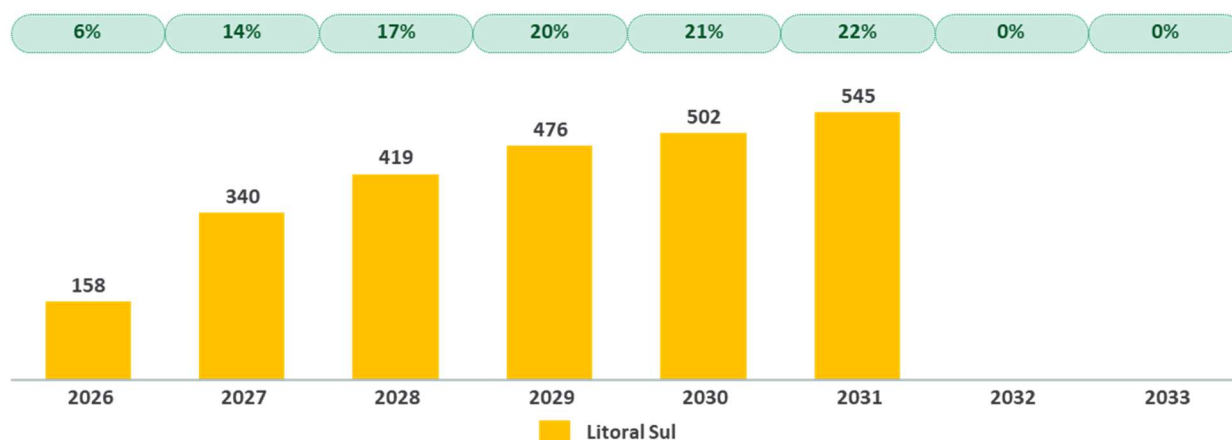
A posição de caixa encerrou o trimestre em R\$ 328,1 milhões, aumento de 51,3% frente ao 4T25.

Com isso, a dívida líquida atingiu R\$ 2.066,5 milhões, redução de 1,7% em relação ao trimestre anterior.

Comentário do Desempenho

Aging da Dívida – março de 2026

No 1T26, 100% da dívida da Companhia estava atrelada à 10ª emissão de debêntures.

**INVESTIMENTOS REALIZADOS**

R\$ Mil	1T26	1T25	Δ%
Investimentos	68.811	88.594	(22,3%)

No 1T26, os investimentos totalizaram R\$ 68,8 milhões, redução de 22,3% em relação ao 1T25. O desempenho reflete, principalmente, o menor nível de execução de obras e atividades operacionais no período, em linha com o cronograma dos contratos de concessão

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

R\$ Mil	2026 - 2033
Melhorias na infraestrutura	735.949
Recuperações/manutenções	617.082
Total	1.353.031

*Base Monetária: março/2026

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162/22, a Companhia informa que, no período de três meses findo em 31 de março de 2026, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, (i) o conteúdo e as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. ("Deloitte"); e (ii) as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026.

São José dos Pinhais, 14 de maio de 2026.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Antônio César Ribas Sass
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer de Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Giane Luza Zimmer Freitas
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Informações contábeis intermediárias
para o período findo em 31 de março de
2026 e relatório do auditor independente

Notas Explicativas
AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025.
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31.03.2026	31.12.2025	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31.03.2026	31.12.2025
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	52.058	41.419	Debêntures	13	217.043	176.067
Aplicações financeiras	5	126.785	96.270	Fornecedores	14	29.555	29.778
Contas a receber	6	56.398	48.895	Arrendamento mercantil a pagar	15	5.143	9.794
Contas a receber - partes relacionadas	16	2.770	2.818	Obrigações sociais		13.476	11.533
Impostos a recuperar	7	11.997	9.934	Obrigações fiscais	18	8.839	15.812
Despesas antecipadas		3.941	4.847	Contas a pagar - partes relacionadas	16	10.771	12.921
Aplicações financeiras vinculadas	9	149.297	79.249	Cauções contratuais	14	23.571	22.107
Outros créditos		2.863	1.831	Taxa de fiscalização		1.490	1.426
Total do ativo circulante		406.109	285.263	Provisão para manutenção em rodovias	19	76.229	81.959
				Provisão para investimentos em rodovias	19	9.348	40.559
NÃO CIRCULANTE				Juros sobre o capital próprio	16	31.711	31.711
Adiantamento a fornecedor	14	20.538	20.538	Outras contas a pagar		6.114	7.150
Despesas antecipadas		2.354	2.236	Total do passivo circulante		433.290	440.817
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	294.808	294.808				
Depósitos judiciais	19	983	979	NÃO CIRCULANTE			
Outras contas a receber	6	643	615	Debêntures	13	2.177.580	2.142.647
Total do ativo realizável a longo prazo		319.326	319.176	Arrendamento mercantil a pagar	15	9.609	10.351
				Debêntures - partes relacionadas	16	1.177.585	1.138.930
Direito de uso	10	12.677	16.326	Obrigações fiscais	18	101.697	94.876
Imobilizado	11	10.354	10.965	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	19	3.749	17.697
Intangível	12	5.111.948	5.241.601	Provisão para manutenção em rodovias	19	77.278	73.528
Infraestrutura construção	12	59.629	61.427	Provisão para investimentos em rodovias	19	33.884	2.697
				Total do passivo não circulante		3.581.382	3.480.726
Total do ativo não circulante		5.513.934	5.649.495	TOTAL DO PASSIVO		4.014.672	3.921.543
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	20	3.785.168	3.785.168
				Prejuízos acumulados		(1.879.797)	(1.771.953)
				Total do patrimônio líquido		1.905.371	2.013.215
TOTAL DO ATIVO		5.920.043	5.934.758	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.920.043	5.934.758

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas ExplicativasAUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo do período por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31.03.2026	31.03.2025
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	280.519	248.556
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	22	(286.473)	(274.100)
PREJUÍZO BRUTO		(5.954)	(25.544)
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	22	2.663	(12.360)
Reversão (provisão) para perdas esperadas	22	147	(67)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		9.331	365
		12.141	(12.062)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		6.187	(37.606)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	23	9.408	3.859
Despesas financeiras	23	(123.440)	(131.666)
Variação cambial, líquida		1	(1)
		(114.031)	(127.808)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(107.844)	(165.414)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	8	-	-
Diferidos	8	-	-
PREJUÍZO DO PERÍODO		(107.844)	(165.414)
PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	25	(0,0259)	(0,0398)

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.
(Em milhares de reais - R\$)

	31.03.2026	31.03.2025
PREJUÍZO DO PERÍODO	(107.844)	(165.414)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(107.844)	(165.414)
As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.		

Notas Explicativas

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social			Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Integralizado		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	3.893.220	(198.052)	3.695.168	(1.212.733)	2.482.435
Prejuízo do período	-	-	-	(165.414)	(165.414)
Aumento de capital	90.000	-	90.000	-	90.000
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025	3.983.220	(198.052)	3.785.168	(1.378.147)	2.407.021
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	3.893.220	(108.052)	3.785.168	(1.771.953)	2.013.215
Prejuízo do período	-	-	-	(107.844)	(107.844)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026	3.893.220	(108.052)	3.785.168	(1.879.797)	1.905.371

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.03.2026	31.03.2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do período		(107.844)	(165.414)
Ajustes para conciliar o prejuízo com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		188.127	179.594
(Reversão) provisão para perdas esperadas	22	(147)	67
Rendimentos com aplicações financeiras	23	(9.226)	(1.459)
Juros e variações monetárias sobre debêntures privadas	16	42.299	35.175
Juros e variações monetárias de debêntures	13	73.891	89.052
Despesa financeira dos ajustes a valor presente	23	3.954	3.875
(Reversão) constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	19	(12.737)	2.618
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	19	9	25
Constituição de provisão para manutenção	19	14.733	18.684
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(7.891)	(9.188)
Contas a receber - partes relacionadas		48	2.276
Despesas antecipadas		788	1.190
Impostos a recuperar		131	(793)
Outros créditos		(1.032)	(23)
Depósitos judiciais		(4)	95
Outras contas a receber		507	3.644
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		1.849	16.727
Fornecedores - partes relacionadas		(1.266)	(3.066)
Cauções contratuais de fornecedores		501	119
Obrigações sociais		1.943	1.709
Obrigações fiscais		(6.184)	2.402
Utilização provisão de manutenção	19	(19.454)	(16.071)
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	19	(1.220)	(2.167)
Taxa de Fiscalização		64	62
Custo de transação - empréstimo		2.018	1.937
Outras contas a pagar		(1.036)	(24.403)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		162.821	136.667
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	24	-	(69)
Aquisições de itens do intangível	24	(50.690)	(70.259)
Aplicação financeira vinculada		(68.646)	(30.010)
Aplicação financeira		(24.885)	(3.612)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(144.221)	(103.950)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos:			
Pagamento arrendamento mercantil	15	(7.961)	(4.225)
Aumento de capital social	20	-	90.000
Caixa líquido (consumido nas) proveniente das atividades de financiamento		(7.961)	85.775
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		10.639	118.492
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		41.419	25.700
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO		52.058	144.192

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas ExplicativasAUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.03.2026	31.03.2025
RECEITAS			
Receita de serviços prestados	21	248.626	222.112
Receita de serviços de construção	21	49.817	44.466
Outras receitas		13.241	1.775
Juros capitalizados	23	3.177	2.601
		<u>314.861</u>	<u>270.954</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos serviços prestados		(12.361)	(11.788)
Custo dos serviços de construção	22	(49.817)	(44.466)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(6.546)	(6.417)
Custo da concessão		(5.945)	(6.081)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	22	(14.733)	(18.684)
Outros		10.630	(3.995)
		<u>(78.772)</u>	<u>(91.431)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>236.089</u>	<u>179.523</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		<u>(188.127)</u>	<u>(179.594)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDO)		<u>47.962</u>	<u>(71)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	23	9.408	3.859
Outros		1	(1)
		<u>9.409</u>	<u>3.858</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u><u>57.371</u></u>	<u><u>3.787</u></u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		12.902	12.061
Benefícios		3.093	2.739
FGTS		705	680
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais (incluindo IOF)		9.350	8.285
Estaduais		48	16
Municipais		12.457	11.147
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		73.891	89.052
Juros debêntures privadas		42.299	35.175
Juros capitalizados sobre debêntures privadas		3.177	2.601
Aluguéis		182	137
Outras		7.111	7.308
Prejuízo do período		(107.844)	(165.414)
		<u><u>57.371</u></u>	<u><u>3.787</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade” ou “Litoral Sul”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), domiciliada no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil, situada na Rua Francisco Muñoz Madrid, 625, complemento Bloco 4 Módulos 402.2 e 403, bairro Roseira De São Sebastião. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e *holding* é a Arteris S.A.

A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

Em 09 de agosto de 2024, a Sociedade inaugurou o Contorno Viário de Florianópolis, que compreende um corredor expresso de 50 km de pistas duplas, 6 acessos por trevos, 4 túneis duplos, 7 pontes e mais 20 passagens em desnível.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a (i) *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. CONCESSÃO

A Sociedade está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR - 101/km 220 - SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 km de terceiras faixas.
- 79,7 km de vias laterais.
- 94,7 km de variantes e contornos.
- Construção de 39 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 9 bases de serviços operacionais - BSO's.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de fevereiro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos apresentados nas revisões ordinárias e divulgados em nota técnica pelo poder concedente, aplicando o reajuste a partir da Publicação em Diário Oficial da União.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

(a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

Notas Explicativas

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$6.424. A partir de 31 de março de 2026 até o final do exercício de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$44.433 a valor nominal, conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

(b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

(c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.

(d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.

(e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.

(f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.

(g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.

(h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de março de 2026 o montante de R\$735.949 (R\$736.103 em 31 de dezembro de 2025) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$617.082 (R\$660.560 em 31 de dezembro de 2025) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas com base em laudo elaborado por peritos independentes.

Em 22 de setembro de 2014 a Sociedade celebrou o Termo de Ajuste de Conduta - "TAC" com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela Agência.

No período findo em 31 de março de 2026 não ocorreu mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Sociedade testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

O teste realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apontou a necessidade de reversão das provisões de perdas anteriormente registradas. Essa reversão se deve principalmente pela melhora na estimativa das receitas ocasionadas por reequilíbrios contratuais. O montante revertido (efeito não caixa) foi de R\$56.123 líquido da amortização acumulada até 30 de novembro de 2025.

Para o período findo em 31 de março de 2026, a Sociedade avaliou e concluiu que não houve necessidade de complemento ou reversão da provisão já reconhecida. A Sociedade realizará novo teste de *impairment* até o encerramento do exercício de 2026, ou caso ocorra algum indicativo de desvalorização de seus ativos.

Termos de Ajustes de Conduta - TAC com ANTT

A Sociedade está em negociações com a ANTT, para firmar um Termo de Ajuste de Conduta - "TAC", a fim de sanar processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, mediante proposta de execução de obras não previstas no contrato de concessão. Mas, segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades que estão em andamento até que o TAC seja assinado. Até a data da presente divulgação não houve formalização de nenhum termo entre as partes.

A Sociedade avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que não há impacto a ser refletido nas informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2026. De acordo com o andamento do processo, a Sociedade não espera que ajustes materiais possam ser reconhecidos nas demonstrações contábeis futuras.

Notas Explicativas

Repactuação

A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade informa que mantém conversas junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 29 de dezembro de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos.

As discussões no âmbito da SecexConsenso se iniciaram em 7 de outubro de 2025. Após 120 dias de negociações, chegou-se ao dia 9 de março de 2026 sem que houvesse acordo entre as partes. Assim, as tratativas para a repactuação do contrato da Autopista Litoral Sul foram encerradas sem êxito em março de 2026, permanecendo o contrato vigente válido até 2033.

Em 31 de março de 2026, não há nenhum indicativo referente ao cancelamento do referido processo que indique a necessidade de ajustes materiais nas informações contábeis intermediárias.

No período de 1 de janeiro de 2026 a 31 de março de 2026, não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2026 foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*, observando os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A elaboração segue, também, às disposições da Lei das Sociedades por Ações e às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e desempenho da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Diretoria em 13 de maio de 2026.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Sociedade aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

4.1 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Notas Explicativas

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Com base nas análises realizadas até a data de encerramento destas demonstrações financeiras, não foram identificados efeitos relevantes nas operações, na posição financeira ou no desempenho econômico da Sociedade.

Dessa forma, não houve necessidade de reconhecimento ou ajuste nos valores contábeis dos ativos e passivos, tampouco impactos nas estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração na elaboração das informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2026.

A Sociedade continuará monitorando a evolução do tema e eventuais mudanças no ambiente regulatório e comercial que possam impactar suas operações.

4.2 Novas normas e interpretações

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, quais foram avaliadas pela Sociedade, e concluiu que essas alterações não tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como *'contracts referencing nature-dependent electricity'*.

Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Sociedade está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e

Notas Explicativas

transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Sociedade. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Sociedade desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

A Sociedade não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação.

Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:

Divulgações e alterações: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";

IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e

IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:

- Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou

Notas Explicativas

- Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao *feedback* de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

	31.03.2026	31.12.2025
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e contas bancárias	3.718	4.369
Aplicações financeiras (a)	48.340	37.050
Total	52.058	41.419
Aplicações financeiras	31.03.2026	31.12.2025
Fundos de investimentos (b)	126.785	96.270
Total	126.785	96.270

a) Os recursos aplicados em fundos de investimentos, CDB e LFT possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor; e apresentam remuneração equivalente, em média, a 102,24% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (101,64% a.a. em 31 de dezembro de 2025). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender às necessidades de liquidez da Sociedade.

b) As aplicações financeiras em fundos de investimentos correspondem a títulos lastreados em operações compromissadas, LF e LTN-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. Esses instrumentos, são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e apresentam remuneração equivalente, em média, a 102,24% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (101,64% a.a. em 31 de dezembro de 2025).

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	31.03.2026		31.12.2025	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	51.970	-	47.305	-
Cartões de pedágio a receber (a)	1.483	-	1.214	-
Receitas acessórias a receber (b)	2.938	535	1.444	507
Outras receitas a receber	933	108	5	108
Provisão para perdas esperadas (c)	(926)	-	(1.073)	-
Total	56.398	643	48.895	615

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de débito.

(b) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica, oleodutos e gasodutos.

Notas Explicativas

(c) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente.

Cronograma de recebimento:

	31.03.2026		31.12.2025	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	56.119	643	48.334	615
Créditos vencidos até 60 dias	171	-	212	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	93	-	46	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	15	-	303	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	926	-	1.073	-
	57.324	643	49.968	615

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) avalia individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	31.03.2026	31.12.2025
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (a)	2.718	6.370
IRPJ e CSLL sobre saldos negativos (b)	8.157	2.442
	10.875	8.812
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	263	263
Outros	859	859
	1.122	1.122
Total geral	11.997	9.934
Total do circulante	11.997	9.934
	11.997	9.934

(a) Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, que poderá ser compensado nos exercícios subsequentes.

(b) Saldo negativo referente anos calendários anteriores.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025 é como segue:

	31.03.2026	31.03.2025
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(107.844)	(165.414)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	36.667	56.241
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	2.871	(142)
IR e CS não constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	(39.538)	(56.099)
Total	-	-
<u>Despesas de imposto de renda e contribuição social:</u>		
Correntes	-	-
Diferido	-	-
	-	-
Alíquota efetiva de impostos	0%	0%

(*) Resultado contábil composto por despesas/receitas não tributáveis vide tabela item b)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

Notas Explicativas

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31.03.2026	31.12.2025
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	1.143.582	973.714
Provisão de participação nos lucros	5.194	4.208
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	3.749	17.697
Outras provisões	1.660	2.417
Provisão para manutenção de rodovias	153.507	155.487
Amortização acumulada de obras futuras	9.113	8.492
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	12.060	11.425
Arrendamentos	2.058	3.802
Valor Recuperável de Intangível - <i>Impairment</i>	1.073.914	1.112.730
Provisão para perdas esperadas	926	1.073
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	2.405.763	2.291.045
Alíquota nominal	34%	34%
Total	817.959	778.955
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (c)	(114.281)	(114.283)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis (c)	70.597	69.024
Estorno de capitalização de juros	108	108
Amortização estorno de capitalização de juros	(55)	(52)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(43.631)	(45.203)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(14.835)	(15.369)
Total do imposto de renda e contribuição social	803.124	763.586
Impostos diferidos não constituídos	508.316	468.778
Total do imposto de renda e contribuição social constituído	294.808	294.808

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da Sociedade, que prevê um ciclo longo para a realização dos prejuízos fiscais dos impostos de renda e bases negativas da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão.

(b) Refere-se às provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios decorrentes de reclamações pendentes de resoluções.

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, em conformidade com a Lei nº 12.973/14. Assim, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes decorrentes dessas mudanças até o final do período da concessão.

Movimentos de resultados representados por:

	31.03.2026	31.03.2025
Prejuízo fiscal e base negativa	169.868	195.876
Provisão de participação nos lucros	986	1.112
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(13.948)	476
Outras provisões	(759)	122
Provisão para manutenção de rodovias	(1.980)	5.379
Amortização acumulada de obras futuras	621	575
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	635	718
Arrendamentos	(1.744)	(149)
Valor Recuperável de Intangível - <i>Impairment</i>	(38.816)	(40.751)
(Reversão) provisão para perdas esperadas	(147)	67
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	1.573	1.572
Amortização estorno de capitalização de juros	(1)	(1)
Base de cálculo diferenças temporárias	116.288	164.996
Alíquota nominal	34%	34%
Total	39.538	56.099
Composição dos impostos:		
Impostos diferidos não constituídos	39.538	56.099
Impostos de renda e contribuição social constituídos	-	-
Total do imposto de renda e contribuição social	39.538	56.099

Notas Explicativas

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido até o limite de sua recuperabilidade.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>
2028	16.397
2029	38.538
2030	57.007
Após 2030	182.866
	<u>294.808</u>

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. A seguir breve descrição dessas obrigações:

Debêntures

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio, até que a retenção no período entre os 15 dias de cada mês seja equivalente a 1/6 da próxima parcela vincenda de juros remuneratórios e amortização. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures.

Em 31 de março de 2026, o saldo é de R\$149.297 (R\$79.249 em 31 de dezembro de 2025), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 98,96% a.a. (100,52% a.a. em 31 de dezembro de 2025) da variação do CDI.

Notas Explicativas

10. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2025	21.961	10.078	2.772	47.346	101	1.724	83.982
Baixas	(21.961)	-	-	-	-	-	(21.961)
Saldo em 31.03.2026	-	10.078	2.772	47.346	101	1.724	62.021
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2025	(20.545)	(1.155)	(1.126)	(43.515)	(79)	(1.236)	(67.656)
Amortização	(1.416)	(388)	(123)	(1.693)	(13)	(16)	(3.649)
Baixas	21.961	-	-	-	-	-	21.961
Saldo em 31.03.2026	-	(1.543)	(1.249)	(45.208)	(92)	(1.252)	(49.344)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2025	1.416	8.923	1.646	3.831	22	488	16.326
Saldo em 31.03.2026	-	8.535	1.523	2.138	9	472	12.677
Taxas de amortização - a.a.	19%	15%	18%	22%	30%	8%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2024	19.885	4.446	2.671	33.982	57	3.224	64.265
Remensurações	-	428	-	(101)	-	-	327
Saldo em 31.03.2025	19.885	4.874	2.671	33.881	57	3.224	64.592
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2024	(16.257)	(4.016)	(688)	(26.948)	(37)	(985)	(48.931)
Amortização	(1.083)	(642)	(108)	(3.886)	(11)	(67)	(5.797)
Saldo em 31.03.2025	(17.340)	(4.658)	(796)	(30.834)	(48)	(1.052)	(54.728)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2024	3.628	430	1.983	7.034	20	2.239	15.334
Saldo em 31.03.2025	2.545	216	1.875	3.047	9	2.172	9.864
Taxas de amortização - a.a.	22%	50%	16%	46%	50%	8%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se a locação de veículos administrativos.
- (d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.
- (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
- (f) Refere-se a locação de sedes administrativas e terrenos.

Notas Explicativas

11. IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2025	10.847	7.697	2.637	1.185	3.239	329	25.934
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2026	10.847	7.697	2.637	1.185	3.239	329	25.934
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2025	(4.549)	(5.792)	(1.606)	(380)	(2.318)	(324)	(14.969)
Depreciação	(249)	(209)	(73)	(30)	(50)	-	(611)
Saldo em 31.03.2026	(4.798)	(6.001)	(1.679)	(410)	(2.368)	(324)	(15.580)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2025	6.298	1.905	1.031	805	921	5	10.965
Saldo em 31.03.2026	6.049	1.696	958	775	871	5	10.354
Taxas de depreciação - a.a.	10%	19%	32%	11%	10%	10%	

Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2024	10.795	7.667	2.297	451	3.172	329	24.711
Adições	-	4	-	65	-	-	69
Saldo em 31.03.2025	10.795	7.671	2.297	516	3.172	329	24.780
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(3.554)	(4.970)	(1.351)	(412)	(2.116)	(241)	(12.644)
Depreciação	(248)	(253)	(58)	(5)	(53)	-	(617)
Saldo em 31.03.2025	(3.802)	(5.223)	(1.409)	(417)	(2.169)	(241)	(13.261)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	7.241	2.697	946	39	1.056	88	12.067
Saldo em 31.03.2025	6.993	2.448	888	99	1.003	88	11.519
Taxas de depreciação - a.a.	10%	18%	15%	12%	10%	10%	

Notas Explicativas

12. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (<i>Impairment</i>)	<i>Software</i>	Adiantamento fornecedores (c)	Total do intangível	Infraestrutura em construção (d)	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2025	8.755.350	(1.351.851)	19.827	-	7.423.326	61.427	7.484.753
Adições	44.768	-	3	-	44.771	7.425	52.196
Transferências/reclassificações	9.346	-	-	-	9.346	(9.346)	-
Outros (e)	19	-	78	-	97	123	220
Saldo em 31.03.2026	<u>8.809.483</u>	<u>(1.351.851)</u>	<u>19.908</u>	<u>-</u>	<u>7.477.540</u>	<u>59.629</u>	<u>7.537.169</u>
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2025	(2.407.780)	239.121	(13.066)	-	(2.181.725)	-	(2.181.725)
Amortização	(222.031)	38.816	(652)	-	(183.867)	-	(183.867)
Saldo em 31.03.2026	<u>(2.629.811)</u>	<u>277.937</u>	<u>(13.718)</u>	<u>-</u>	<u>(2.365.592)</u>	<u>-</u>	<u>(2.365.592)</u>
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2025	6.347.570	(1.112.730)	6.761	-	5.241.601	61.427	5.303.028
Saldo em 31.03.2026	6.179.672	(1.073.914)	6.190	-	5.111.948	59.629	5.171.577
Taxas de amortização - a.a. (g)	7%	11%	26%				

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (<i>Impairment</i>)	<i>Software</i>	Adiantamento fornecedores (c)	Total do intangível	Infraestrutura em construção (d)	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2024	8.508.658	(1.422.812)	14.812	12.986	7.113.644	53.569	7.167.213
Adições	37.596	-	-	-	37.596	10.897	48.493
Transferências/reclassificações	10.421	-	-	-	10.421	(10.421)	-
Saldo em 31.03.2025	8.556.675	(1.422.812)	14.812	12.986	7.161.661	54.045	7.215.706
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(1.541.954)	91.598	(11.059)	-	(1.461.415)	-	(1.461.415)
Amortização	(213.330)	-	(601)	-	(213.931)	-	(213.931)
Amortização da redução ao valor recuperável (f)	-	40.751	-	-	40.751	-	40.751
Saldo em 31.03.2025	(1.755.284)	132.349	(11.660)	-	(1.634.595)	-	(1.634.595)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	6.966.704	(1.331.214)	3.753	12.986	5.652.229	53.569	5.705.798
Saldo em 31.03.2025	6.801.391	(1.290.463)	3.152	12.986	5.527.066	54.045	5.581.111
Taxas de amortização - a.a. (g)	6%	6%	41%				

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se provisão da desvalorização de ativos (*impairment*).
- (c) Os adiantamentos referem-se majoritariamente as obras remanescentes do Contorno Viário de Florianópolis, qual foi liberado para tráfego em 09 de agosto de 2024.
- (d) Infraestruturas em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais natureza duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.
- (e) Transferência de ativos desenvolvidos na *holding* para operação da Sociedade.
- (f) Amortização da provisão para desvalorização de ativos (*impairment*), linearmente até o prazo da concessão.
- (g) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

Notas Explicativas

No período findo em 31 de março de 2026, a Sociedade complementou, o montante de R\$3.177 (R\$2.601 em 31 de março de 2025), o valor das infraestruturas em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao principal das dívidas, em 2026, foi de 0,01% a.a. (em 2025 0,01% a.a.), do total de juros provisionados no período.

Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade realizou o teste de *impairment* em conformidade com os requisitos do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, utilizando o valor em uso como base de mensuração do valor recuperável.

Para isto, a Administração elaborou projeções de fluxos de caixa descontados, considerando a Unidade Geradora de Caixa (UGC) em operação em 31 de dezembro de 2025. As projeções foram preparadas com base em premissas internas e representam o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados pelo uso contínuo dos ativos, conforme previsto pelo CPC01.

Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes foram desenvolvidas e aprovadas pela Administração, considerando o período remanescente do contrato de concessão.

O teste de *impairment* realizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, indicou a necessidade de reversão parcial das provisões de perdas anteriormente reconhecidas. Essa reversão se deve principalmente pela melhora na estimativa das receitas ocasionadas por reequilíbrios contratuais. O montante revertido (efeito não caixa) totalizou R\$56.123 líquido da amortização acumulada até 30 de novembro de 2025.

Para fins de 31 de março de 2026 a Administração da Sociedade avaliou se havia alguma indicação de que os ativos pudessem ter sofrido desvalorização e, concluiu que não há nenhum fator que indicasse a necessidade de preparação de um novo teste no trimestre.

13. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.03.2026	31.12.2025
10ª emissão - 1ª série	1.754.020	IPCA+5,86% a.a.	out-31	2.202.731	2.137.525
10ª emissão - 2ª série	245.980	CDI+1,55% a.a.	out-28	237.368	228.683
				2.440.099	2.366.208
			Custo de transação	(45.476)	(47.494)
			Total	2.394.623	2.318.714
			Circulante	217.043	176.067
			Não circulante	2.177.580	2.142.647
			Total	2.394.623	2.318.714

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	31.03.2026			31.03.2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	184.764	2.181.444	2.366.208	98.112	2.243.735	2.341.847
Juros provisionados	39.234	34.657	73.891	41.997	47.055	89.052
Transferência	1.768	(1.768)	-	-	-	-
	225.766	2.214.333	2.440.099	140.109	2.290.790	2.430.899
Custo de transação	(8.723)	(36.753)	(45.476)	(8.618)	(44.965)	(53.583)
Saldo final	217.043	2.177.580	2.394.623	131.491	2.245.825	2.377.316

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e as datas das efetivas integralizações conforme descrito a seguir:

Notas Explicativas

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
10ª emissão 1ª série	15.10.2021	1.754.020	1.000	11.11.2021	1.754.020
10ª emissão 2ª série	15.10.2021	245.980	1.000	11.11.2021	245.980
		2.000.000			2.000.000

Em 31 de março de 2026, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2027	103.922
2028	317.221
2029	389.982
2030	438.638
Após 2030	964.570
	2.214.333

Garantias

A 10ª emissão de debêntures da Sociedade possui Garantias Reais (Cessão Fiduciária de Recebíveis e Alienação Fiduciária de Ações) além de fiança/aval de sua Controladora Arteris S.A.

Cláusula Financeira (Covenant Financeiro) - 10ª emissão de debêntures

Em conformidade com as escrituras de emissão de debêntures, a Emissora compromete-se a manter, durante toda a vigência da emissão e enquanto houver valores devidos em virtude das debêntures, o cumprimento dos seguintes índices financeiros, apurados ao final de cada trimestre civil com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas da sociedade:

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - Índice de Distribuição

O ICSD é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades.

A Emissora deve manter ICSD igual ou superior a 1,20, calculado trimestralmente, considerando também o ICSD Pro Forma após a realização de operações com controladoras, conforme definido na escritura.

Fórmula para o ICSD:

$$ICSD = \frac{\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Fórmula para o ICSD Pro Forma:

$$ICSD_{\text{Pro Forma}} = \frac{\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX} - \text{Distribuições aos Acionistas}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Onde:

- (i) EBITDA Ajustado: lucro (prejuízo) líquido antes de IR e CSLL, adicionando (i.a) despesas não operacionais; (i.b) despesas financeiras; (i.c) provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa - método indireto); e (i.d) provisões de manutenção sem efeito caixa; e excluindo (i.e) receitas não operacionais; e (i.f) receitas financeiras, relativos aos últimos 12 meses.
- (ii) Impostos Pagos: somatório do Imposto de Renda e da Contribuição Social pagos nos últimos 12 meses.
- (iii) CAPEX: montante investido em obras e equipamentos operacionais nos últimos 12 meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras.
- (iv) Serviço das Dívidas: soma das amortizações de principal e pagamento de juros de dívidas, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros instrumentos de dívida dos últimos 12 meses.

Distribuições aos Acionistas (para o ICSD Pro Forma): dividendos, juros sobre capital próprio, reduções de capital, repagamentos de mútuos e demais remunerações aos acionistas pagos nos últimos 12 meses.

(b) Índice Patrimônio Líquido sobre Ativo Total (Relação PL/Ativo Total) - Índice de Distribuição e Manutenção

Notas Explicativas

O PL/Ativo Total é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

A Emissora deve manter PL/Ativo Total igual ou superior a 20%, apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme a seguinte fórmula:

$$PL/Ativo\ Total = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}} \geq 20\%$$

(c) Índice de Alavancagem (Relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado) - Índice de Manutenção

Este índice representa a razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, devendo ser observado pela Emissora em caráter contínuo durante toda a vigência da emissão. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

Para fins contratuais:

- considera-se como “Dívida Líquida”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora considerar-se-ão como dívida; e
- considera-se como “EBITDA Ajustado”, o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (1) receitas não operacionais; e (2) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

Os limites máximos permitidos para este índice são:

- 2021 a 2023: $\leq 4,50$
- 2024: $\leq 4,00$
- 2025: $\leq 3,50$
- 2026: $\leq 3,00$
- 2027: $\leq 2,50$
- 2028 a 2029: 2,00
- 2030 a 2031: 1,00

A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures em 31 de março de 2026

A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

14. FORNECEDORES, ADIANTAMENTO A FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de março de 2026, o saldo registrado no passivo circulante, no montante de R\$29.555 (R\$29.778 em 31 de dezembro de 2025), refere-se a obrigações junto com fornecedores e prestadores de serviços, relacionados principalmente a valores devidos por serviços, materiais e equipamentos utilizados em obras de melhorias, manutenção e conservação.

O saldo de R\$23.571 (R\$22.107 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços, registrados conforme as condições estabelecidas nos contratos, que preveem retenções entre 3% a 10% sobre o valor dos serviços prestados, dependendo do acordo em cada contrato.

O saldo de R\$20.538 refere-se a adiantamento classificado no ativo não circulante como parte do contrato da obra do Contorno Viário de Florianópolis com a Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. realizado em 19 de junho de 2023. Conforme comunicado ao mercado emitido em 10 de julho de 2023 a Litoral Sul rescindiu o contrato de prestação de serviços com a referida empresa. Embora o adiantamento tenha sido realizado para aplicação em obras, devido a rescisão de contrato, o adiantamento foi classificado como contas a receber, uma vez que tal valor

Notas Explicativas

não se converterá em serviços prestados. Ao mesmo tempo, a Sociedade acionou suas garantias de contrato da Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. de forma garantir o recebimento do adiantamento realizado ao prestador de serviços.

Esses saldos estão predominantemente vinculados à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e com a execução de obras na rodovia.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31.03.2026			31.03.2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	9.794	10.351	20.145	13.724	2.885	16.609
Remensurações	-	-	-	327	-	327
Utilizações (*)	(5.971)	-	(5.971)	(6.337)	-	(6.337)
Ajuste a valor presente - AVP	578	-	578	391	-	391
Transferências	742	(742)	-	163	(163)	-
	5.143	9.609	14.752	8.268	2.722	10.990

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2026, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$7.961 (R\$4.225 em 31 de março de 2025).

Em 31 de março de 2026, o valor presente das parcelas a vencer no passivo não circulante relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2027	2.017
2028	1.605
2029	1.843
2030	2.117
Após 2030	2.027
	9.609

O potencial PIS/COFINS (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 31 de março de 2026 são respectivamente R\$99 e R\$454 para PIS e COFINS (R\$105 e R\$482, respectivamente, em 31 de março de 2025).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para os períodos findos em 31 de março de 2026 a taxa média é de 6,99% a.a. (11,77% a.a. em 31 de março de 2025). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade excluídos os financiamentos do BNDES, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos e debêntures privadas para capital de giro.

Os saldos patrimoniais em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 e as transações realizadas no resultado em 31 de março de 2026 e 2025, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	31.03.2026	31.12.2025
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A.- controladora (a)	1	-
Planalto Sul S.A. (a)	926	941
Régis Bittencourt S.A. (a)	1.843	1.877
Contas a receber de partes relacionadas circulante	2.770	2.818
Total parte relacionada no ativo circulante	2.770	2.818
<u>Passivo circulante</u>	31.03.2026	31.12.2025
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	10.763	12.920
Fernão dias S.A. (a)	-	1
ViaPaulista S.A. (a)	8	-
Passivos com partes relacionadas circulante	10.771	12.921

Notas Explicativas

Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.- controladora (b)	31.711	31.711
Total dos juros sobre capital próprio a pagar	31.711	31.711
Total do passivo circulante	42.482	44.632
<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.03.2026</u>	<u>31.12.2025</u>
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (c)	1.177.585	1.138.930
Empréstimos partes relacionadas não circulante	1.177.585	1.138.930
Total do passivo não circulante	1.177.585	1.138.930

	31.03.2026		31.03.2025	
Passivos Circulante e Não Circulante	Não circulante	Total	Não circulante	Total
Saldo inicial	1.138.930	1.138.930	1.085.565	1.085.565
Juros provisionados	45.476	45.476	37.776	37.776
Imposto de renda retido na fonte	(6.821)	(6.821)	(5.666)	(5.666)
Saldo final	1.177.585	1.177.585	1.117.675	1.117.675

	31.03.2026	31.03.2025
<u>Despesas gerais (a)</u>		
<u>Controladora</u>		
Arteris S.A.	(5.923)	(5.851)
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Planalto Sul S.A.	1.396	1.311
Régis Bittencourt S.A.	2.713	3.034
ViaPaulista S.A.	(8)	-
Total	(1.822)	(1.506)

	31.03.2026	31.03.2025
<u>Despesas financeiras (c)</u>		
<u>Controladora</u>		
Arteris S.A.	(45.476)	(37.776)
Juros capitalizados	3.177	2.601
Total	(42.299)	(35.175)

(a) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. Os valores no subitem “Outras partes relacionadas” estão relacionados a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.

(b) Saldo a pagar de juros sobre o capital próprio conforme nota explicativa nº 20.

(c) Decorrentes da 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures série única não conversíveis em ações celebradas com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a uma taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do *spread* que variam de 1% a 1,5% a.a. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2026		31.12.2025	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
28.04.2015	31.12.2028	CDI + 1,50% a.a.	32.745	69.710	32.745	66.175
03.07.2015	31.12.2028	CDI + 1,50% a.a.	20.000	36.737	20.000	34.773
19.08.2015	31.12.2028	CDI + 1,50% a.a.	30.000	53.588	30.000	50.704
21.05.2018	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	280.000	240.084	280.000	223.198
19.11.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	238.557	176.164	238.557	162.778
			601.302	576.283	601.302	537.628
			1.177.585		1.138.930	

No decorrer do período findo em 31 de março de 2026, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.314 (R\$1.298 em 31 de março de 2025), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$458 (R\$374 em 31 de março de 2025) relativos à diretoria da Sociedade e R\$856 (R\$924 em 31 de março de 2025) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável

Notas Explicativas

(Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração anual para o exercício de 2026 sem encargos em até R\$1.630 (R\$974 para o exercício de 2025).

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício correntes as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$5.194 e R\$4.208.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) do Grupo Arteris e da Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com a qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. OBRIGAÇÕES FISCAIS, IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	31.03.2026			31.12.2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (*)	137	101.697	101.834	7.321	94.876	102.197
Programa de integração social - PIS	574	-	574	543	-	543
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.649	-	2.649	2.507	-	2.507
Tributos federais retidos	1.010	-	1.010	1.048	-	1.048
	4.370	101.697	106.067	11.419	94.876	106.295
Impostos sobre serviços - ISS	4.469	-	4.469	4.393	-	4.393
Total obrigações fiscais	8.839	101.697	110.536	15.812	94.876	110.688
Total	8.839	101.697	110.536	15.812	94.876	110.688

(*) Provisão de imposto de renda retido na fonte sobre debêntures privadas.

19. PROVISÕES

a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025 é conforme segue:

Notas Explicativas

	31.12.2025	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2026
Cíveis	1.128	4.752	(3.674)	(773)	8	1.441
Trabalhistas	418	2.645	(686)	(391)	1	1.987
Regulatórios	16.151	56	(15.830)	(56)	-	321
Total	17.697	7.453	(20.190)	(1.220)	9	3.749

	31.12.2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2025
Cíveis	1.467	2.796	(684)	(1.867)	22	1.734
Trabalhistas	690	738	(232)	(300)	3	899
Regulatórios	15.237	-	-	-	-	15.237
Total	17.394	3.534	(916)	(2.167)	25	17.870

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes.

A Sociedade informa ainda que os processos regulatórios prováveis, possíveis e remotos são objeto de negociação de TAC de multas conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados abaixo:

Possíveis	31.03.2026	31.12.2025
Cíveis	10.364	9.057
Trabalhistas	12.687	11.382
Ambiental	3.842	3.793
Regulatórios	16.154	26.178
Fiscal	9.403	10.469
Total	52.450	60.879

Os depósitos judiciais no montante de R\$983 em 31 de março de 2026 (R\$979 em 31 de dezembro de 2025) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por indenizações para desapropriações de obras e relativos a autos de infrações impostos pela ANTT.

b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,49% a.a. em 31 de março de 2026 (7,23% a.a. em 31 de dezembro de 2025), considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

c) Provisão para investimento

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2025	40.559	81.959	2.697	73.528	43.256	155.487
Adições/Reversões	(28)	521	(631)	14.212	(659)	14.733
Utilizações	-	(19.454)	-	-	-	(19.454)
Ajuste a valor presente	-	1.418	635	1.323	635	2.741
Transferências	(31.183)	11.785	31.183	(11.785)	-	-
Saldo em 31.03.2026	9.348	76.229	33.884	77.278	43.232	153.507

Notas Explicativas

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2024	7.064	69.586	32.096	75.459	39.160	145.045
Adições/Reversões	1.427	3.794	-	14.890	1.427	18.684
Utilizações	-	(16.071)	-	-	-	(16.071)
Ajuste a valor presente	517	1.355	201	1.411	718	2.766
Transferências	1.049	13.982	(1.049)	(13.982)	-	-
Saldo em 31.03.2025	10.057	72.646	31.248	77.778	41.305	150.424

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2026 referentes às manutenções realizadas foram de R\$18.121 (R\$18.266 em 31 de março de 2025).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$3.893.220, composto por 4.158.155.555 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$3.785.168 (R\$3.785.168 em 31 de dezembro de 2025).

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral o seguinte aumento de capital:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
28.03.2025	26.03.2024	Dinheiro	-	90.000	90.000
			-	90.000	90.000

Cada ação confere ao seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

21. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos é como segue:

	31.03.2026	31.03.2025
Receita de serviços prestados	248.626	222.112
Receita de serviços de construção	49.817	44.466
Outras receitas	3.910	1.411
Receita bruta	302.353	267.989

Notas Explicativas

ISSQN	(12.435)	(11.117)
PIS	(1.640)	(1.452)
COFINS	(7.570)	(6.701)
Outras deduções	(189)	(163)
Receita líquida	280.519	248.556

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	31.03.2026	31.03.2025
Custos:		
Com pessoal	(10.224)	(9.768)
Serviços de terceiros	(8.066)	(7.814)
Conservação	(4.394)	(3.974)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(1.325)	(358)
Consumo	(1.746)	(1.965)
Transportes	(1.855)	(2.201)
Verba de fiscalização	(4.344)	(4.156)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	-	(424)
Seguros / Garantias	(1.602)	(1.501)
Provisão de manutenção em rodovias	(14.733)	(18.684)
Custos de serviços da construção	(49.817)	(44.466)
Depreciação / Amortização	(187.027)	(178.311)
Outros	(1.340)	(478)
Total	(286.473)	(274.100)

	31.03.2026	31.03.2025
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(6.477)	(5.711)
Serviços de terceiros	(908)	(748)
Manutenção de bens e conservação	(335)	(774)
Consumo	(380)	(430)
Transportes	(108)	(73)
Seguros/Garantias	(5)	(7)
Reversão (provisão) para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	12.737	(2.618)
Comunicação e marketing	(100)	(63)
Indenizações à terceiros	(68)	(74)
Publicações legais	-	(3)
Depreciação / Amortização	(1.100)	(1.283)
Reversão (provisão) para perdas esperadas	147	(67)
Outros	(593)	(576)
Total	2.810	(12.427)

23. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	31.03.2026	31.03.2025
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	9.226	2.814
Créditos fiscais	178	1.043
Outras receitas	4	2
Total	9.408	3.859
	31.03.2026	31.03.2025
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(116.190)	(124.227)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(3.954)	(3.875)
Outras despesas	(3.296)	(3.564)
Total	(123.440)	(131.666)

Notas Explicativas

(*) Do total dos juros de financiamentos e debêntures incorridos em 31 de março de 2026 no valor de R\$119.367, o montante de R\$3.177 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração do fluxo de caixa de investimento (R\$126.828 e R\$2.601 em 31 de março de 2025).

24. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	31.03.2026	31.03.2025
Total das adições de intangível e infraestruturas em construção (a)	52.416	48.493
Total das adições de imobilizado (b)	-	69
Juros capitalizados - mútuos (a)	(3.177)	(2.601)
	49.239	45.961
Aquisição (adições)	(49.239)	(45.961)
Fornecedores	(82)	(23.694)
Obrigações fiscais	(789)	(1.542)
Contas a pagar - partes relacionadas	(884)	(1.173)
Cauções contratuais	963	615
Provisão para investimentos em rodovias	(659)	1.427
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestruturas em construção	(50.690)	(70.328)
Fluxo de caixa imobilizado	-	(69)
Fluxo de caixa intangível	(50.690)	(70.259)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(50.690)	(70.328)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção	(1.451)	(24.367)
Outras transações que não envolveram caixa:		
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	31.711	31.711

(a) Vide notas explicativas nº 12 e nº 23.

(b) Vide nota explicativa nº 11.

25. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico do prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo do período e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e diluído por ação.

	31.03.2026	31.03.2025
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do período	(107.844)	(165.414)
Número de ações durante o período	4.158.156	4.158.156
Prejuízo por ação	(0,0259)	(0,0398)

Não há diferença entre lucro (prejuízo) básico e lucro (prejuízo) diluído por ação por não existir durante os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

Notas Explicativas

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

			31.03.2026		31.12.2025	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<u>Ativo</u>						
Caixas e equivalentes de caixa	N/A	2	52.058	52.058	41.419	41.419
Aplicações financeiras	N/A	2	126.785	126.785	96.270	96.270
Contas a receber clientes	N/A	2	56.398	56.398	48.895	48.895
Contas a receber - partes relacionadas	N/A	2	2.770	2.770	2.818	2.818
Aplicações financeiras vinculadas	N/A	2	149.297	149.297	79.249	79.249
Outros Créditos	N/A	2	3.506	3.506	2.446	2.446
			390.814	390.814	271.097	271.097
<u>Passivo</u>						
Debêntures partes relacionadas	N/A	2	1.177.585	1.177.585	1.138.930	1.138.930
Contas a pagar - partes relacionadas	N/A	2	42.482	42.482	44.632	44.632
Debêntures (a)	N/A	2	2.440.099	2.306.819	2.366.208	2.203.089
Fornecedores e cauções contratuais	N/A	2	53.126	53.126	51.885	51.885
Outras contas a pagar	N/A	2	6.114	6.114	7.150	7.150
			3.719.406	3.586.126	3.608.805	3.445.686

(a) Valor bruto

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos mútuos a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas da Sociedade, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos.

Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

27. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a mútuos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2026, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de mútuos e debêntures com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto das debêntures a pagar sujeitas a taxas variáveis).

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	10,40%	13,00%	15,60%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(28.110)	(34.238)	(40.366)
Receita de aplicações financeiras	15.365	19.206	23.047
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(136.810)	(167.764)	(198.719)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(149.555)	(182.796)	(216.038)
IPCA	3,84%	4,80%	5,76%
Juros a incorrer - Debêntures	(214.519)	(236.494)	(258.470)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(214.519)	(236.494)	(258.470)
Juros a incorrer líquido	(364.073)	(419.291)	(474.508)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: CDI relatório Focus de 27 de março de 2026, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características da operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de março de 2026, a Sociedade apresenta valores a receber no montante de R\$51.970 (R\$47.305 em 31 de dezembro de 2025) com as empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A, Move Mais Meios de Pagamentos Ltda., Veloe Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

Notas Explicativas

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerência o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

Em 31 de março de 2026, a Sociedade reconheceu um prejuízo de R\$107.844 (R\$165.414 em 31 de março de 2025), e seu passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$27.181 (R\$155.554 em 31 de dezembro de 2025).

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos.

A Sociedade tem seu acionista como principal apoiador financeiro, com capacidade de continuar mantendo suas atividades, assegurando tanto pelo suporte financeiro atual, dos próximos 12 meses e futuro.

A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Fluxos de caixa contratuais								
Modalidade	Taxa de juros (a)	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	6,99%	14.752	19.618	3.403	3.233	3.179	5.099	4.704
Partes relacionadas	16,42%	1.177.585	1.177.585	-	-	-	1.177.585	-
Debêntures - CDI (b)	16,42%	237.368	289.244	39.561	37.881	112.783	99.019	-
Debêntures - IPCA (b)	10,85%	2.202.731	2.490.630	112.271	111.725	338.523	1.411.320	516.791
Fornecedores e cauções contratuais		53.126	53.126	29.555	23.571	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas		10.771	10.771	10.771	-	-	-	-
Outras contas a pagar		6.114	6.114	6.114	-	-	-	-
		3.702.447	4.047.088	201.675	176.410	454.485	2.693.023	521.495

(a) Média ponderada efetiva % a.a.

(b) Valores brutos dos custos de transação.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

29. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	230.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	230.405

(*) Por sinistro.

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Os valores dessa garantia em 31 de março de 2026 é de R\$118.874 (R\$128.656 em 31 de dezembro de 2025).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 - 1º andar - Techno Plaza Corporate
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: + 55 (19) 3707-3000
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Litoral Sul S.A.
São José dos Pinhais - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e as notas explicativas.

A Diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente. Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias referidas anteriormente incluem a demonstração do valor adicionado - DVA, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Sociedade e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no referido pronunciamento técnico e de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 14 de maio de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO PARA FINS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 80/22**

Declaramos, na qualidade de diretores da Autopista Litoral Sul S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 09.313.969/0001-97, que revimos, discutimos e concordamos com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período de três meses findo em 31 de março de 2026, nos termos da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

São José dos Pinhais, 14 de maio de 2026.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Antônio César Ribas Sass
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer de Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO PARA FINS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Autopista Litoral Sul S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 09.313.969/0001-97, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período de três meses findo em 31 de março de 2026, nos termos da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

São José dos Pinhais, 14 de maio de 2026.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Antônio César Ribas Sass
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer de Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia